



Audiência Pública

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal

Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios

Marcos Regulatórios

Claudio J. D. Sales

Diretor Presidente
Instituto Acende Brasil

Sala 19 – Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, Brasília

07 de maio de 2007

O marco regulatório deve garantir a segurança do suprimento, a qualidade dos serviços e tarifas módicas ao consumidor



Questões que o marco regulatório deve responder

- ❑ A expansão da oferta será suficiente para suprir a demanda de energia, mesmo em cenários de grande crescimento econômico?
- ❑ Existem incentivos para que as empresas invistam na ampliação e aprimoramento dos serviços prestados?
- ❑ A estrutura de custo das tarifas é a que produz o resultado mais econômico para o consumidor?
 - As opções de suprimento adotadas são as mais eficientes?
 - Os investimentos das empresas se baseiam em princípios de racionalidade econômica?

Na questão sobre segurança do suprimento, as discussões têm sido bastante desencontradas, confundindo a opinião pública



“Se o Brasil voltar a crescer entre 4% e 5% nos próximos anos, faltará energia para atender a essa expansão.”

FIESP – 29 Ago 2006

“Seria preciso um crescimento maluco do país para suprir toda a folga existente. Temos uma folga de mais de 50%”

Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia – 18 Out 2006

“Não vai haver apagão nem que a vaca tussa”

Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil – 29 Out 2006

“O risco de falta de energia em 2007 poderia passar de 6,95% para 16,75% na região Sudeste, por conta da saída das termelétricas.”

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) – 29 Nov 2006

“Os problemas apontados reforçam a preocupação com um possível déficit de energia num cenário de maior crescimento econômico”

Nota Técnica do Ministério da Fazenda, SEAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico) – 28 Jan 2007

“Relatório da SEAE não traz preocupação nova”

Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia – 29 Jan 2007

“Os riscos de déficit são inferiores a 3% para 2009 e 2010”

Maurício Tolmasquim – EPE/Ministério de Minas e Energia – 05 Mar 2007

“Usinas termelétricas terão prioridade em plano de contingenciamento de gás”

Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia – 11 Abr 2007

Para melhorar a transparência e o nível de informação sobre o tema, lançamos o Programa Energia Transparente



ONS e demais agentes

- ❑ Cortes mais profundos são desproporcionalmente piores para a sociedade
- ❑ Corta-se a demanda de maneira “preventiva” (antes dos reservatórios ficarem completamente vazios)
- ❑ Critério usado na operação real do sistema

MME e EPE

- ❑ O custo é proporcional à profundidade do corte
- ❑ “Espera para ver” e só corta a demanda quando não há mais recursos para atender
- ❑ Critério usado no cálculo dos certificados de energia assegurada (lastros) dos geradores

Energia Transparente

- ❑ Cortes mais profundos são desproporcionalmente piores para a sociedade
- ❑ Corta-se a demanda de maneira “preventiva”
- ❑ Incorpora-se na simulação as premissas de corte da demanda usado no racionamento de 2001

O Programa Energia Transparente está disponível no website do Instituto Acende Brasil

Mesmo no novo critério, existem riscos de racionamento elevados em 2010 e 2011

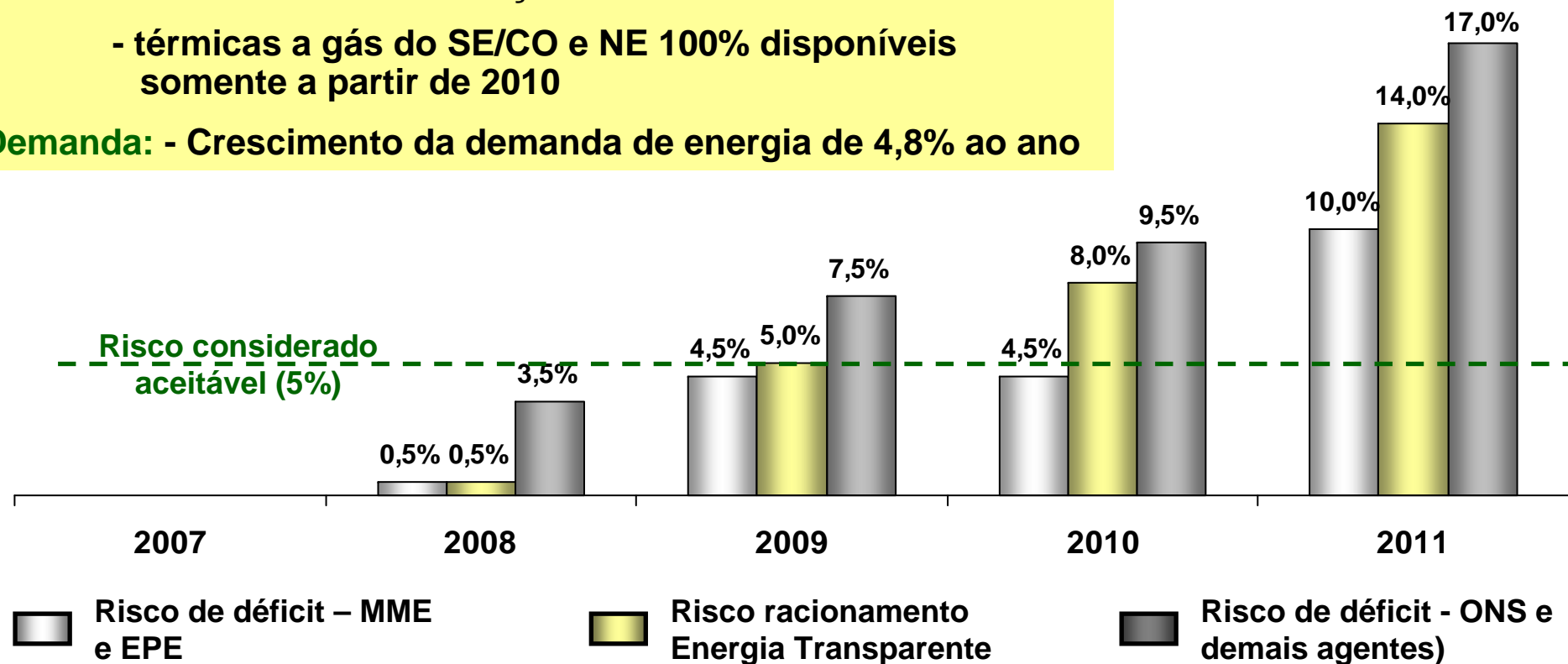
Risco de déficit para a região Sudeste para crescimento do PIB de 4% a.a.

Premissas

Oferta: - Oferta do PMO de março de 2007

- térmicas a gás do SE/CO e NE 100% disponíveis somente a partir de 2010

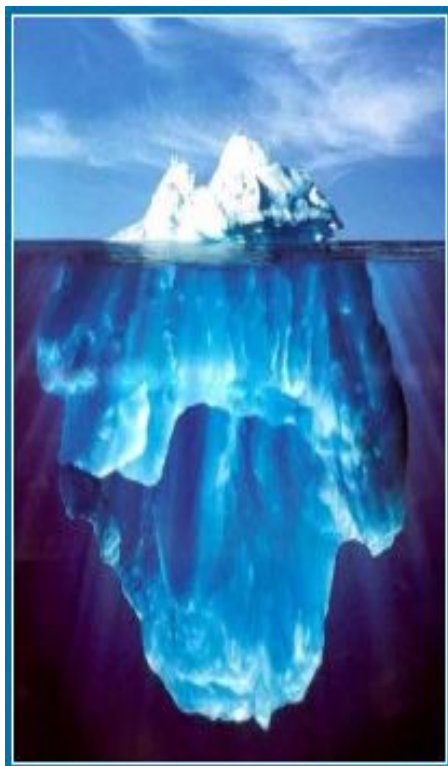
Demanda: - Crescimento da demanda de energia de 4,8% ao ano



As empresas não têm tido os incentivos corretos para investir na expansão e aprimoramento dos serviços



Métricas de avaliação do resultado das empresas

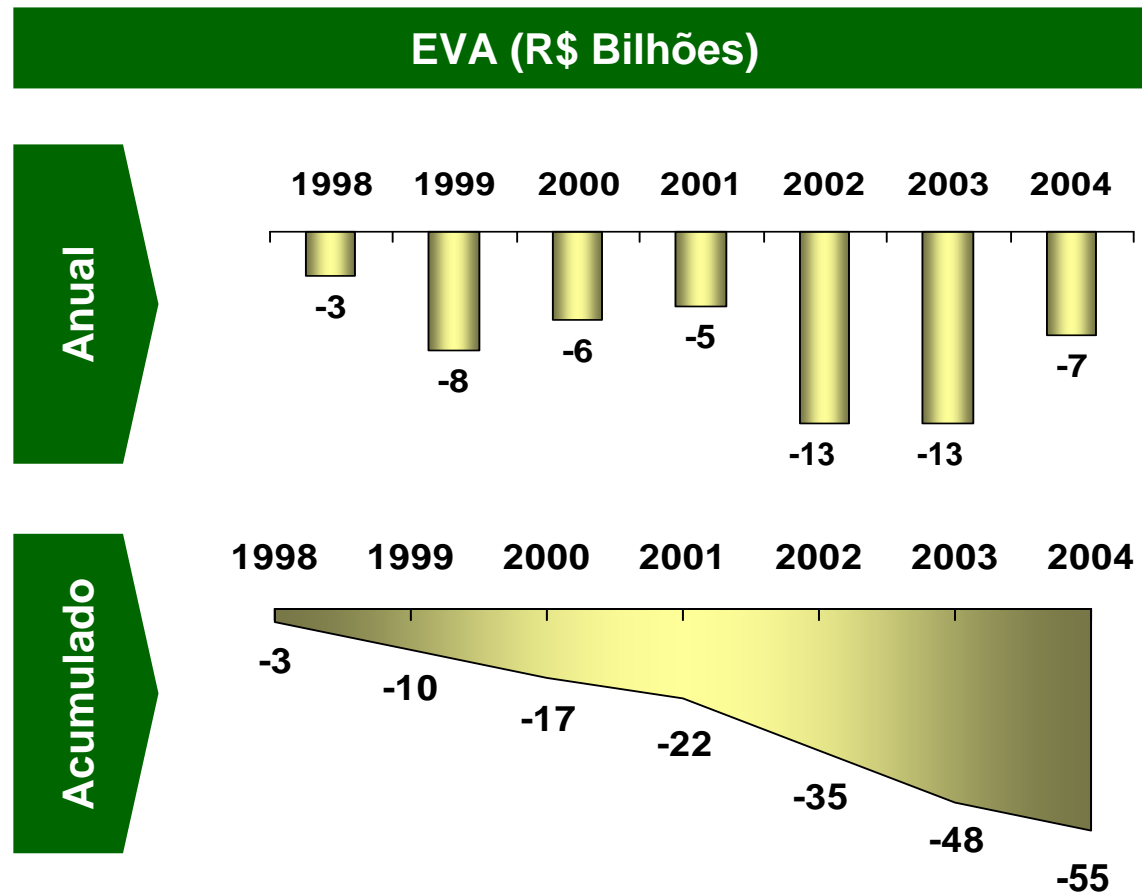


	EBITDA	Lucro Líquido	EVA®
Receitas, Custos e Despesas relacionados à operação	Incluídos	Incluídos	Incluídos
Depreciação	Não considera	Incluída	Incluída
IR/CSSL	Não considera	Incluídos	Incluídos
Custo do capital de terceiros	Não considera	Incluído	Considerado via encargo sobre o Capital Investido
Custo do capital de acionistas	Não considera	Não considera	Considerado via encargo sobre o Capital Investido

O EVA® é o único indicador que captura o custo de oportunidade do acionista

A remuneração inadequada do capital compromete o nível de investimentos e a qualidade dos serviços

Rentabilidade das empresas segundo o conceito de EVA

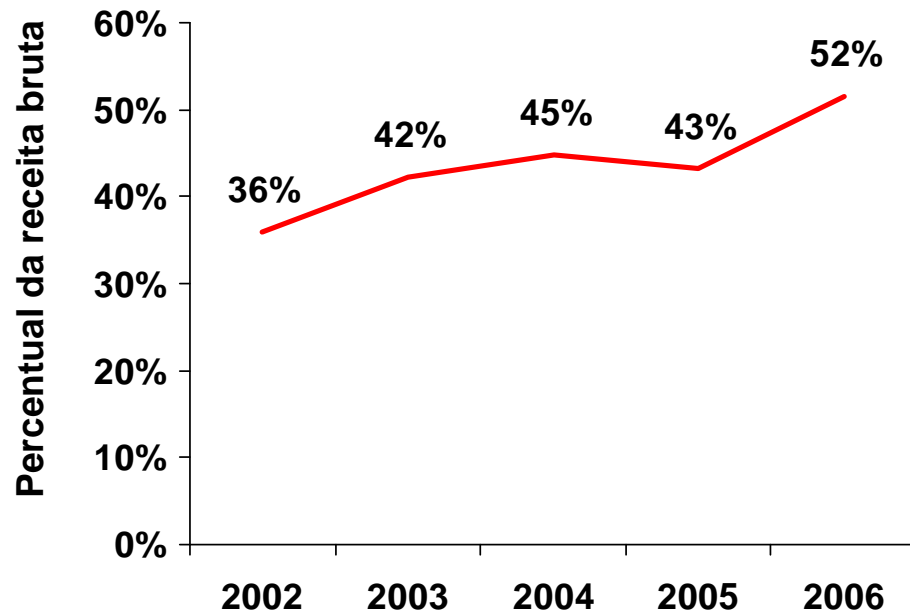


- Indicadores tradicionais divergem da real rentabilidade do setor
- Atuais sinais econômicos não promovem a atratividade de investimentos
- Análise “fotográfica” dos resultados não garante o equilíbrio econômico-financeiro de toda a concessão

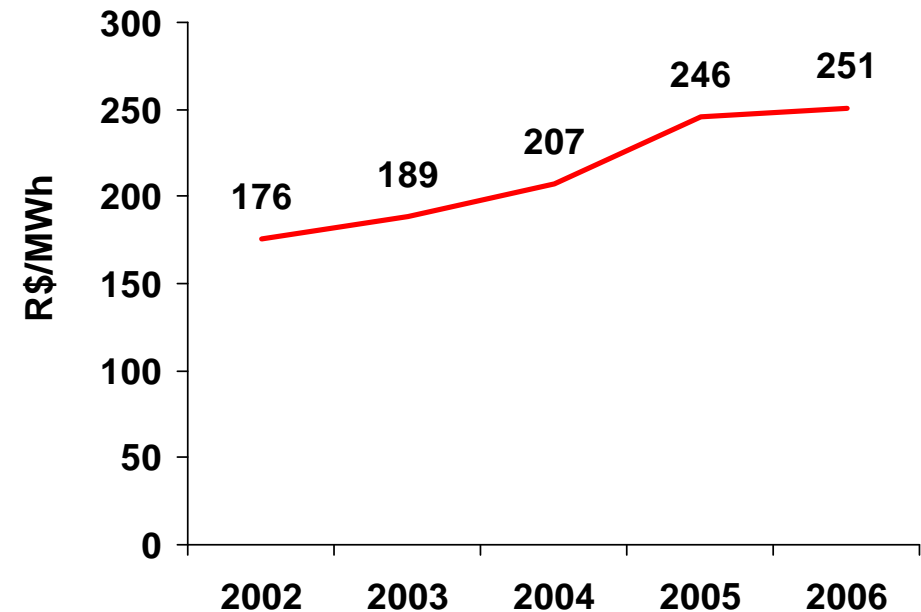
A elevação da carga tributária tem contribuído com o aumento das tarifas de energia elétrica



Evolução da carga tributária



Evolução da tarifa de energia ¹⁾



Nota: Total Brasil, Média da classes de consumo. Valores atualizados pelo IGPM para dez/06
Fonte: Pricewaterhouse Coopers, ANEEL, FGV

O marco regulatório do setor elétrico brasileiro tem cumprido com seu papel?



Questões que o marco regulatório deve responder

- ❑ A expansão da oferta será suficiente para suprir a demanda de energia, mesmo em cenários de grande crescimento econômico?
- ❑ Existem incentivos para que as empresas invistam na ampliação e aprimoramento dos serviços prestados?
- ❑ A estrutura de custo das tarifas é a que produz o resultado mais econômico para o consumidor?
 - As opções de suprimento adotadas são as mais eficientes?
 - Os investimentos das empresas se baseiam em princípios de racionalidade econômica?

Há cinco dimensões mais relevantes para se avaliar a eficiência do marco regulatório

Dimensões para avaliar o marco regulatório

Quais os caminhos para diminuir o excesso de tributos e encargos?

O planejamento da expansão atende aos princípios de eficiência e racionalidade econômica?



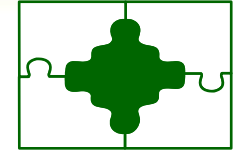
Como promover uma política tarifária compatível com a renda do consumidor e que permita o retorno dos investimentos?

Como conciliar as necessidades de expansão do setor com a sustentabilidade ambiental?

A estrutura institucional deve estar alinhada a princípios de transparência e neutralidade



Diagnóstico e reflexões



❑ O Ministério de Minas e Energia é governo, investidor ou regulador?

Exemplo: Há transparência e neutralidade em um mercado em que no conselho das estatais há pessoas do Ministério de Minas e Energia que:

- participaram da construção das regras e
- conhecem parâmetros desconhecidos pelos competidores privados?

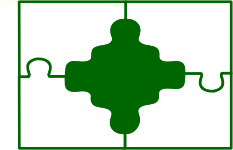
❑ Decisões do CNPE e do CMSE não transparentes?

Exemplo: Qual o papel atual do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)? Qual o grau de transparência de suas decisões?

A Aneel deve ser independente para assegurar a neutralidade entre governos, consumidores e investidores



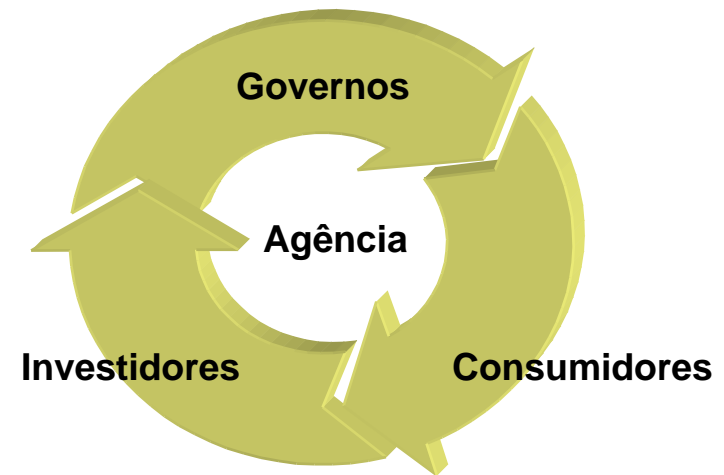
Diagnóstico e reflexões



Teoria da Captura

- ❑ Setor com altos custos fixos e longa maturação de investimentos
- ❑ Governo “tem incentivo” para não honrar seus compromissos

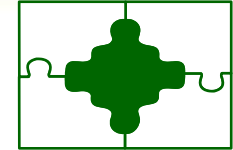
Missão das Agências



Assegurar neutralidade entre governos, consumidores e investidores:

- ❑ Agente de Estado (imune às pressões de Governos)
- ❑ Visão de longo prazo / guardião do consumidor do futuro
- ❑ Comportamento técnico e apolítico

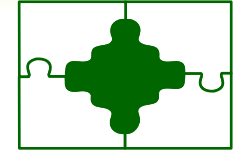
A Aneel necessita de condições mínimas para desempenhar eficientemente o seu papel



Diagnóstico e reflexões

A Aneel possui as condições mínimas para desempenhar eficientemente o seu papel?

- Uma instituição sem autonomia financeira e que depende da liberação de recursos do Governo tem autonomia administrativa?
- Um projeto de lei que prevê:
 - um “ouvidor” do Governo com acesso a informações da Diretoria;
 - um “contrato de gestão” feito pelo Governo e cujas metas implicam contingenciamento de recursos caminha no sentido de autonomia da ANEEL em relação ao Governo?
- O plano de capacitação, o plano de carreira, e a remuneração dos quadros da ANEEL são compatíveis com os desafios que seus profissionais enfrentam e com a qualificação que lhes é exigida?



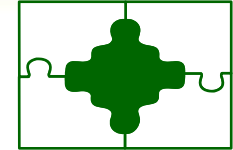
Propostas

Transparência e governança

- Restabelecer força e influência do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)
- Fim da participação de executivos do governo que ocupam cargos de conselho de estatais na concepção de regras de leilões e outros processos competitivos
- Definir critérios de governança que explicitem metas de rentabilidade das estatais
- Publicação das atas do CMSE

Leilões de energia

- Transparência no comportamento das estatais - garantindo a preservação do patrimônio do Estado e preservando a isonomia competitiva com privados
- Abertura de capital e adesão ao novo mercado Bovespa - Estatais que participam dos leilões



Propostas

Autonomia administrativa da Aneel

- Fim do contingenciamento da ANEEL ou redução das tarifas
- Aprimoramento da Estrutura Organizacional da ANEEL
- Planos de Carreira e Capacitação Nacional e Internacional
- Aumento da remuneração dos profissionais da ANEEL para compatibilizá-la com a responsabilidade que detêm
- Projeto de Lei das Agências Reguladoras:
 - Substituição por Plano de Trabalho (plano elaborado pela Agência e ajustado com Ministério da área)
 - Prestação de contas ao Congresso
 - Não cumprimento de metas não deve implicar contingenciamento de recursos pelo Executivo
 - Ouvidor deve ser sabatinado pelo Congresso
 - Ouvidor sem acesso prévio a informações confidenciais

Membros do Instituto Acende Brasil



<p>AES SEB</p>	<p>Grupo Cataguazes Leopoldina</p>	<p>CMS Energy</p>
<p>CPFL Energia</p>	<p>Duke Energy</p>	<p>EDF</p>
<p>El Paso</p>	<p>Endesa</p>	<p>Energias do Brasil</p>
<p>Equatorial Energia</p>	<p>Iberdrola</p>	<p>Pactual Energia Participações</p>
<p>Ashmore Energy</p>	<p>Grupo Rede</p>	<p>Tractebel Energia</p>

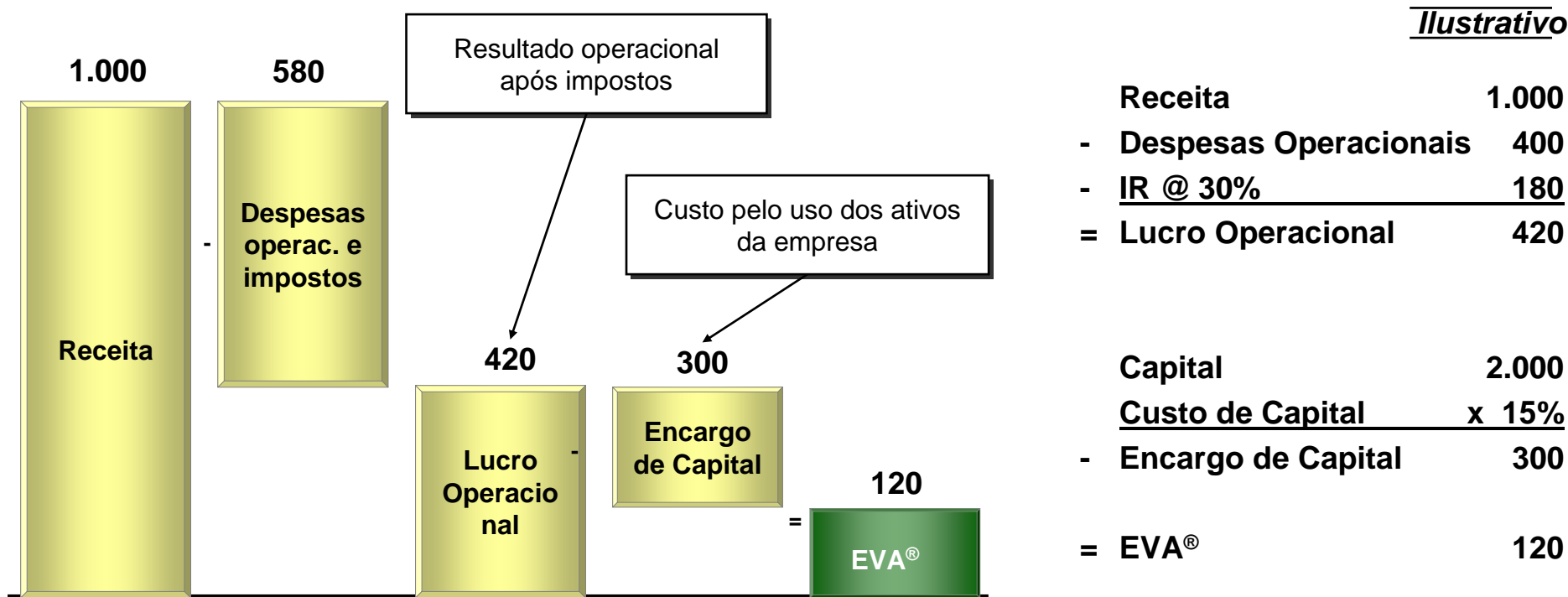
Veja mais em:
www.acendebrasil.com.br

Backup



O conceito do Economic Value Added (EVA®)

EVA® = Lucro Operacional menos um Encargo pelo uso do Capital (custo de oportunidade)

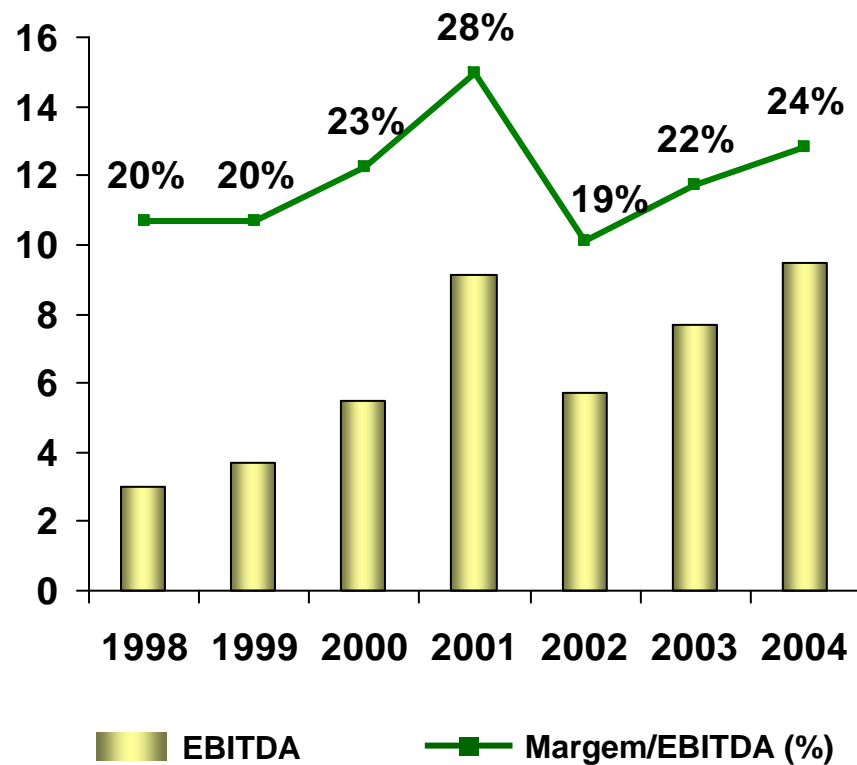


EVA® é uma estimativa de Lucro Econômico depois de subtrair todas as despesas operacionais, inclusive o custo do capital empregado na operação.

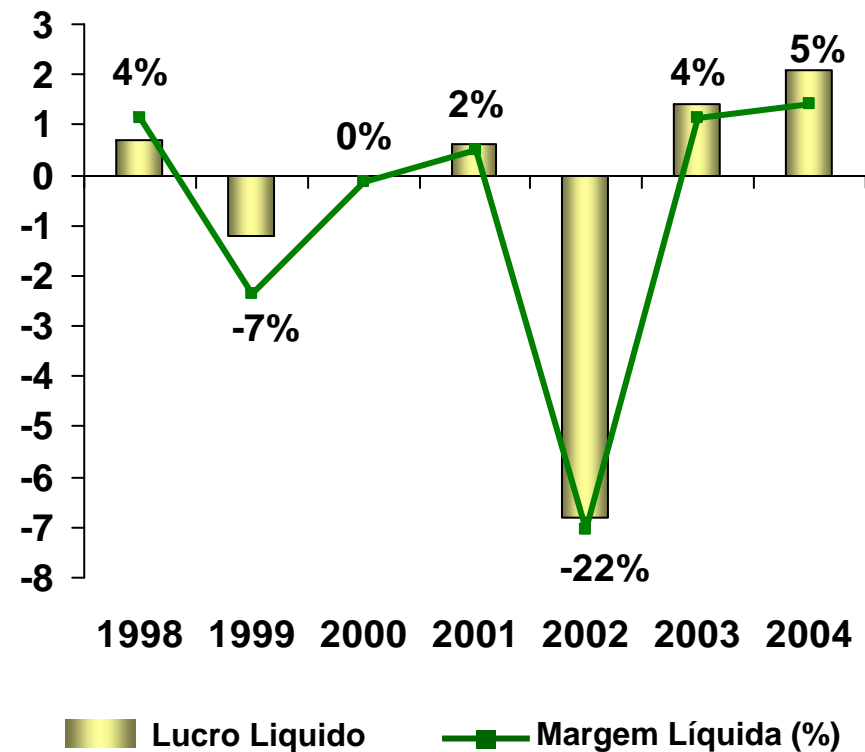
A rentabilidade em recuperação tem sido usada como justificativa para torniquete tarifário

Rentabilidade das empresas segundo métricas tradicionais

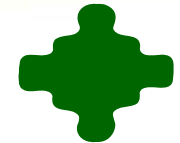
EBITDA ((R\$ Bilhões)



Lucro Líquido (R\$ Bilhões)



Entretanto, o progressivo contingenciamento de recursos tem enfraquecido o órgão regulador



O Contingenciamento de Recursos da ANEEL

[R\$ Milhões]	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Orçado	162	175	202	219	271	309
Liberado	161	112	86	86	124	117
Contingenciamento	< 1%	36%	57%	61%	54%	62%

90% das Receitas da ANEEL são oriundas da Taxa de Fiscalização, embutida na Tarifa, o que corresponderia a 0,24% da Tarifa em 2003

Opção 1:

Acabar com Contingenciamento para melhorar qualidade de Regulação e Fiscalização da ANEEL
(Consumidor já paga por essa qualidade)

Opção 2:

Desonerar Tarifa
(Impacto estimado de - 0,15%) (*)
e acabar com apropriação indevida de recursos